

Privatização Não Faz Escola

*Dilvo I. Ristoff - UFSC**

Resumo: O artigo discute algumas das iniciativas da educação nos Estados Unidos, mostrando que, ao contrário do que acontece no Brasil, a experiência americana tem tido como alvo principal o ensino básico e não as universidades e que as experiências fracassaram por não terem atingido os seus dois principais objetivos: melhorar a qualidade do ensino e reduzir os custos da educação. A avaliação destas experiências tem levado várias administrações municipais a rescindir os seus contratos com a Education Alternatives Inc (EAI) e a reassumir o comando das escolas. O artigo conclui com a sugestão de que o Brasil repense o seu processo de privatização.

Palavras-chave: Privatização do ensino, comercialização da educação.

Abstract: The article discusses some of the privatization initiatives in American Education, showing that, contrary to what has happened in Brazil, schools rather than universities have been targeted by privatization and has failed to meet its costs. The evaluation of these experiments has led city officials to cancel their contracts with Education Alternatives Inc (EAI) and to once again control of their schools. The article concludes with the suggestion that Brazil rethink its privatization process.

Key-words: privatization of schools, for-profit education.

I. Privatização: alternativas fracassadas

Ao contrário do Brasil, onde 75% dos estudantes universitários frequentam instituições privadas, os EEUU abriram pouco espaço às experiências de privatização do ensino superior. É sempre bom lembrar que, apesar do enorme sucesso de universidades tradicionais como Harvard, Johns Hopkins, Duke e outras, apenas cerca de 3 milhões dos mais de 14 milhões de universitários americanos estão matriculados em universidades privadas. Mais de dois terços da capacidade universitária americana, portanto, per-

tencem ao setor público. A julgar pelas projeções oficiais para o setor, esta proporção será mantida pelo menos até o ano 2007.

Exceto por incursões marginais no setor de serviços das universidades, as iniciativas de privatização tiveram melhor receptividade na educação básica onde, no início dos anos 90, o ensino propriamente dito, em alguns casos, foi entregue a empresas com fins declaradamente lucrativos. Mesmo na educação básica, no entanto, tiveram pouco sucesso. O caso mais notável aconteceu em 1994. Na época, o ex-vendedor de copiadoras xerox, John Golle, fez história ao tornar a sua empresa, a Education Alternatives Inc. (EAI), responsável por todas as 32 escolas públicas da cidade de Hartford, Connecticut. Ao constatar que abrir escolas não era tão lucrativo quanto pensara,

* Dilvo Ristoff é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, ex-pró-reitor e ex-presidente do Fórum Nacional de Graduação e, atualmente, é visiting scholar na Universidade da Carolina Norte.

Golle começou a negociar contratos para administrar escolas municipais. Sua mensagem? Nós podemos ensinar melhor e podemos todos lucrar com isto. Conseguiu o primeiro contrato em Dade County, Flórida, o segundo em Baltimore, Maryland, e por último o contrato milionário de Hartford. O processo privatizante, via franchising, parecia deslanchado nacionalmente. As ações da empresa, à venda por \$4 dólares em 91, saltaram para \$49 em 93. Com as críticas que começaram a surgir ao seu desempenho, já em 94 o preço da ação caiu para menos de \$10, indicando que nos negócios da educação, o preço da ação nem sempre reflete o seu valor.

Desde então, a EAI tem acumulado fracassos: os gastos com a educação em Baltimore, por exemplo, ao invés de diminuir, aumentaram em 20%; os índices de evasão cresceram; o desempenho de seus alunos nos testes padronizados piorou; o atendimento a alunos com necessidades especiais ficou seriamente prejudicado; e os investimentos de capital foram 3 vezes menores que os prometidos.

Os resultados, portanto, ridicularizam as duas principais promessas da experiência privatizante: melhorar a qualidade do ensino e diminuir os seus custos. Não é por acaso que o setor público começa a retomar o comando também destas escolas. Dade County encerrou seu contrato com a EAI em 1995, com o argumento de que não houve melhoras que justificassem a sua continuação; Baltimore fez o mesmo em 1996, um ano e três meses antes do término do contrato; e Hartford rescindiu contrato, também em 96, em meio a uma ruidosa batalha judicial.

Apesar da proliferação de grupos da educação pelo lucro (há hoje pelo menos uma dúzia de grandes empresas disputando o mercado com a EAI), a verdade é que nos EEUU a privatização é pouco significativa. Não bastassem as repetidas declarações do Presidente Clinton no sentido de considerar a educação questão de segurança nacional e seu empenho pessoal no sentido de garantir a universalização do acesso e a virtual gratuidade no ensino superior público, estudos recentes de Carol Asher, George Kaplan e outros mostram que, ao contrário do Brasil, os EEUU aceitam experimentar, mas estão longe de entregar tão importante função à iniciativa privada, seja no nível básico ou universitário. Enquanto os EEUU procuram aprender com estas experiências de laboratório, o Brasil acelera perigosamente o processo, com o sinal já amarelo. É preciso frear esta tendência brasi-

leira. Nossas instituições públicas têm, sem dúvida, as suas ineficiências e o bom senso diz que é preciso corrigi-las. Antes, no entanto, há que se reconhecer os seus valores humanos e a sua importante e, talvez inalienável, função social.

II. Universalizando o Ensino Superior

Durante a campanha presidencial americana, Clinton prometeu que, até o ano 2000, quer o acesso ao ensino superior de tal forma universalizado que nos EEUU deverá ser tão comum cursar os dois primeiros anos do curso universitário quanto concluir o segundo grau. Para tornar isto possível, prometeu ampliar os vários programas de bolsas e de crédito educativo já existentes e criar dois novos programas nacionais.

Acaba de criar o programa conhecido como Hope Scholarship, uma versão nacional do já em vigor há quatro anos no Estado da Georgia e que teve impacto profundo no acesso ao terceiro grau naquele Estado; criou, também, em outro programa, uma "tax deduction" que permite abater do imposto de renda até dez mil dólares/ano por filho que estiver cursando o terceiro grau. A dedução neste caso será feita contra despesas específicas efetuadas com a educação superior. Este segundo programa, proposto por Clinton como parte de sua Carta dos Direitos da Classe Média faz dupla promessa: aliviar a classe média sem penalizar a classe baixa. Os alunos poderão optar por um ou outro destes programas. O valor envolvido? Aproximadamente 7.2 bilhões de dólares/ano, ou 36 bilhões nos próximos cinco. Pode parecer pouco, mas 7.2 bilhões/ano é mais do que o Brasil gasta hoje com a manutenção de todas as suas 52 universidades federais.

Em novembro do ano passado, isto tudo parecia coisa de palanque eleitoral. Não é. Apenas alguns meses depois de reeleito, durante o tradicional State of the Union Address, Clinton dedicou a maior parte do seu discurso aos detalhes de sua proposta, destacando em especial a importância de integrar a educação ao mundo da informática e de universalizar o acesso de todo jovem americano aos colleges ou universidades. Fez um apelo veemente às lideranças nacionais, estaduais e municipais para que se engajem neste projeto que, no seu entender, é supra-partidário e questão de segurança nacional.

A proposta de universalização do acesso ao ensino superior já está mostrando a sua cara. O que se

Não é por acaso que o setor público começa a retomar o comando também destas escolas.

observa, na prática, é que o dinheiro está acompanhando o discurso, pois a proposta não apenas universaliza o acesso ao terceiro grau mas cria efetivas condições para uma virtual gratuidade do ensino superior público. Em outras palavras: os dois primeiros anos do terceiro grau não apenas estarão ao alcance de todos, mas serão praticamente gratuitos nas instituições públicas e custarão sensivelmente menos nas instituições privadas.

Difícil de acreditar? Então vamos a um caso específico. As taxas de matrícula na University of North Carolina, por exemplo, para um aluno de tempo integral, ou seja, aluno da Carolina do Norte que cursa mais de 12 créditos por semestre, é de \$1,386.00 dólares. A proposta de Clinton concede a cada freshman e sophomore (alunos do primeiro e do segundo anos), filhos de famílias cuja renda é de até \$80,000/ano ou \$6,600/mês, um crédito de \$1,500 dólares. Filhos de famílias com renda acima de \$80,000/ano terão um crédito de 1,000 dólares. Em outras palavras, considerando-se que os alunos poderão ainda beneficiar-se de bolsas-trabalho, dos \$ 6 bilhões do Pell Grant, e de outros programas de auxílio ao estudante, (no ano letivo 95/96 estes somaram mais de \$37 bilhões só em verbas federais), o ensino

Clinton está garantindo gratuidade completa nos colleges de pelo menos 37 dos 50 estados americanos.

superior público será gratuito ou virtualmente gratuito para o primeiro grupo, e custará quase nada para o segundo. Os colleges públicos que oferecem cursos de dois anos de duração, alvo principal das medidas de Clinton, estão com a boca nas orelhas, pois nestes o custo médio nacional da matrícula é de apenas \$1,245 dólares. Isto significa que, nos termos atuais, Clinton está garantindo gratuidade completa nos colleges de pelo menos 37 dos 50 estados americanos.

Propostas desta natureza, vindas da matriz do capitalismo, devem deixar os defensores do ensino público e gratuito de nossa pátria um tanto perplexos. Afinal, é difícil de entender por que, em um país como o Brasil, com salários tão baixos, temos que sempre de novo lutar pela manutenção da gratuidade do ensino público,

quando até mesmo a matriz, que o Brasil imita em quase tudo, está implementando a universalização e a gratuidade. Fôssemos como o Max Overseas, personagem da Ópera do Malandro do Chico, estaríamos a cantar: Está chovendo na matriz! Ai, meu Deus do Céu, me sinto tão feliz! Diante da maior injeção de recursos para a educação dos últimos 50 anos, creio que podemos, de fato, dizer que está chovendo dinheiro. Pena que seja só nos EEUU!!!

Nota do editor:

1. Estão aqui reunidos dois artigos de Dilvo Ristoff que discutem a questão da educação pública/privada. A primeira parte se refere mais a experiências malogradas de privatização da educação básica, enquanto a segunda apresenta programas que começam a ser postos em prática nos EEUU, tendendo à universalização e à gratuidade da educação de terceiro grau. Parte desse material já apareceu no Caderno MAIS, da *Folha de São Paulo* (19/10/97).